



AVISO DE PRIVACIDADE – CANDIDATOS

1. ÂMBITO

Este aviso de privacidade descreve como o Instituto das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus recolhe e trata a informação sobre os seus dados pessoais, como vamos usar e proteger esta informação e as escolhas que pode fazer sobre a forma como a instituição pode utilizar os seus dados pessoais.

O presente aviso de privacidade aplica-se a todos os candidatos a um posto de trabalho nos estabelecimentos de saúde do IIHSCJ. Consideramos informação pessoal aquela que, por si só ou que, em combinação com outras informações, o permite identificar ou contribuir para a sua identificação.

2. RECOLHA DE INFORMAÇÃO

A instituição pode recolher informação pessoal utilizando diversas fontes, incluindo a informação que lhe solicitamos na candidatura a um posto de trabalho e a informação que recolhemos de outras fontes permitidas por lei (por exemplo do linkedin, Facebook ou outras redes sociais).

De forma a cumprirmos todas as obrigações, o tratamento de informação pessoal é necessário para podermos avaliar a informação disponibilizada e a sua adequação aos requisitos do posto de trabalho que pretendemos preencher. A falta desta informação pode impedir ou atrasar o cumprimento destas obrigações.

2.1. INFORMAÇÃO QUE LHE SOLICITAMOS

As categorias de informações que lhe podemos solicitar incluem:

- a) Dados de identificação (fotografia, nome, idade, data de nascimento, nº Cartão de Cidadão; NIF e NISS);
- b) Contactos (telefone, email; morada);
- c) Outra informação pessoal, sua e da sua família (estado civil, número de filhos, e idade)
- d) Habilitações literárias, carreira profissional e línguas faladas e escritas (Curriculum escolar e profissional);
- e) Dados de empregos anteriores (empregadores, função desempenhada, datas de entrada e de saída, motivo da saída);



- f) Outros dados relevantes que respeitem à sua candidatura (e.g. hobbies, atividades de responsabilidade social, necessidades particulares, etc.);

3. COMO USAMOS A SUA INFORMAÇÃO PESSOAL E QUAIS AS BASES LEGAIS

Usamos a sua informação pessoal em resultado da sua candidatura a uma posição nesta instituição para:

- (a) Cumprir todas as obrigações legais decorrentes desta situação;
- (b) Exercer os nossos direitos ao abrigo da legislação e dos regulamentos em vigor;
- (c) Responder às questões e pedidos que nos possa formular;
- (d) Manter os nossos registos corretos e atualizados.

4. OS SEUS DIREITOS RELATIVOS AOS SEUS DADOS PESSOAIS

Os seus dados pessoais serão conservados pelo IIHSCJ até ao preenchimento de uma vaga de emprego, até que exerça o seu direito de apagamento ou pelo período mínimo de 1 ano. Durante o período de conservação dos dados, agradecemos que nos informe de todas as alterações nas informações que temos a seu respeito de forma a podermos dispor de uma informação correta e atual nos nossos sistemas.

Sempre que exerça o seu direito à retificação da informação referente aos seus dados pessoais, o IIHSCJ deve promover a sua retificação nos mais breves prazos possíveis.

Poderá, em determinadas condições, opor-se ao tratamento dos seus dados pessoais por motivos relacionados com a sua situação particular, limitar o seu uso ou solicitar-nos que partilhemos esses dados com outras organizações num formato estruturado de uso corrente e de leitura automática.

Quando tiver dado um consentimento para o tratamento dos seus dados pessoais, pode retirá-lo a qualquer momento.

Para exercer os direitos indicados, por favor informe-nos através dos contactos indicados abaixo (ponto 9).

Após os prazos previamente identificados os elementos serão destruídos de acordo com as exigências legais.



5. PARTILHA DE INFORMAÇÃO

Por regra, a instituição não transfere ou partilha com terceiros, (outros que não prestadores de serviços a agir sob nossa orientação e responsabilidade), informação relativa a dados pessoais, salvo se a isso for obrigada por requisitos legais e regulamentares.

A instituição pode subcontratar prestadores de serviços para situações em que existe essa necessidade ou que considere haver uma mais-valia (empresas de recrutamento, empresas de gestão de talentos, entre outras). Esta prerrogativa implica a necessidade de partilhar informação relativa a dados pessoais. A instituição tomará todas as medidas necessárias para garantir que os prestadores de serviços ofereçam todas as garantias de salvaguarda, segurança e confidencialidade dos dados pessoais partilhados. Agem exclusivamente de acordo com instruções que lhe são dirigidas por esta instituição o que implica a regulação da relação existente por contrato.

Outras situações em que se pode divulgar a terceiros informação pessoal:

- a) Sempre que permitido por lei, na defesa dos interesses legítimos da instituição;
- b) Quando requerido por lei ou por outras obrigações regulamentares de organismos públicos (Segurança Social, IEFP, ACT, etc).

6. SEGURANÇA DOS DADOS PESSOAIS

A instituição garante a utilização das melhores técnicas, medidas organizativas e de segurança, para proteger as informações pessoais evitando a sua perda, o seu uso indevido, a sua alteração ou destruição, garantindo a sua integridade, disponibilidade e confidencialidade. Para isso é exigido a todos os colaboradores, que mantenham os dados pessoais confidenciais. Apenas o pessoal autorizado e vinculado ao dever de sigilo e confidencialidade deve ter acesso a esta informação.

Os dados serão conservados pelo período de tempo estritamente necessário para as finalidades do seu tratamento ou por determinação legal ou regulamentar. Durante o período de retenção é garantida integridade e o acesso aos dados.

7. TRANSFERÊNCIA DE INFORMAÇÃO

A informação pessoal pode ser transferida, arquivada ou tratada num país diferente daquele onde foi recolhida e de origem dos titulares dos dados. Nesses casos a transferência de



dados é feita de acordo com os requisitos do RGPD. Quando a transferência dos dados pessoais for efetuada para um país fora da União, serão sempre previstas garantias adequadas pelo recurso a regras vinculativas e com força legal, como cláusulas tipo aprovadas pela Comissão. Quando a transferência for efetuada para outras organizações da instituição, é sempre efetuada com base na política de proteção de dados da Instituição e no caso de existirem, com base nas regras Corporativas, vinculativas para Responsáveis pelo tratamento de dados e subcontratantes. Caso pretenda dispor de informação mais detalhada dos mecanismos e disposições usadas na transferência de dados pessoais, contacte-nos utilizando os contactos indicados no ponto 9.

8. PRIVACIDADE DE MENORES

O IIHSCJ não contrata menores pelo que não recolhe nem trata dados pessoais desta categoria de titulares.

9. OS NOSSOS CONTACTOS

Para qualquer questão relacionada com o tratamento dos seus dados pessoais ou daqueles sobre os quais tem responsabilidade parental, por favor contacte-nos através de:

Responsável pela proteção de dados pessoais: epd@irmashospitaleiras.pt

A instituição tem o compromisso de colaborar na procura das melhores e mais justas resoluções para as reclamações relativas ao tratamento de dados pessoais que possa ter apresentado. Caso considere que a instituição não foi competente na resolução das reclamações apresentadas, tem o direito de apresentar essa reclamação à autoridade de controlo competente – Comissão Nacional de Proteção de Dados – através da sua página WEB com o seguinte endereço: <https://www.cnpd.pt>

10. ALTERAÇÕES AO AVISO DE PRIVACIDADE

Pode sempre solicitar uma cópia do presente aviso de privacidade, utilizando para isso os contactos aqui indicados. O IIHSCJ pode modificar a sua política de proteção de dados, na qual se inclui o presente aviso de privacidade. Todas as alterações à presente política consideram-se efetivas a partir da data da sua publicação (revisão). Recomendamos, para se manter atualizado, que reveja com frequência a nossa política de proteção de dados para verificar a existência de novas atualizações.